

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE – Uni - BH

LUCIENE CUNHA DOS SANTOS

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL NO ESTADO
NOVO:
DITADURA E DEMOCRACIA**

**Belo Horizonte
2014**

LUCIENE CUNHA DOS SANTOS

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL NO ESTADO
NOVO:
DITADURA E DEMOCRACIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro
Universitário de Belo Horizonte (UNIBH) como requisito
parcial para graduação em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Péricles Pedrosa Lima

**Belo Horizonte
2014**

RESUMO

Este artigo pretende apresentar o estudo das relações entre Brasil e Estados Unidos no período da história brasileira denominado Estado Novo. Utilizando-se de conceitos de democracia e ditadura, procurar-se-á analisar como as relações destes dois países se desenvolviam em termos econômicos, políticos e comerciais, levando-se em consideração a conjuntura do sistema internacional neste período bem como o contexto interno de cada país.

Palavras chaves: Brasil, Estados Unidos, ditadura, democracia, Estado Novo, pragmatismo.

ABSTRACT

This article presents the study of the relationships between Brazil and the United States over a period of Brazilian history called New State. Using the concepts of democracy and dictatorship, this article intends to analyze how the relationships between these two countries developed in economic, political and commercial terms, taking into consideration the conjuncture of the international system during this period as well as the internal context of each country.

Keywords: Brazil, United States, dictatorship, democracy, New State, pragmatism.

Siglas

AIB - Ação Integralista Brasileira

ANL - Aliança Nacional Libertadora

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONU - Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	O ESTADO NOVO	2
2.1	Contextualização Histórica	2
2.2	O Estado Novo e Seu Projeto Nacional	4
2.3	O Estado Novo e Sua Política Externa: Equidistância Pragmática x Pragmatismo	7
3	DEMOCRACIA	10
3.1	Conceito	10
3.2	Democracia nas Relações Internacionais	12
3.3	Democracia Associada aos Estados Unidos	16
4	DITADURA	18
4.1	Conceito	18
4.2	O Estado Novo e o Regime Ditatorial	21
5	RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS (1937-1945)	23
6	RELAÇÕES ENTRE UM ESTADO DITATORIAL E UM ESTADO DEMOCRÁTICO	30
7	CONCLUSÃO	33

REFERÊNCIAS

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca fazer uma releitura dos autores que tratam sobre o Estado Novo e suas relações exteriores, principalmente com os Estados Unidos. O Estado Novo administrado por Getúlio Vargas apresentava características repressivas, tal como a perseguição a imprensa e a alguns partidos políticos. Em contrapartida, os Estados Unidos eram uma nação democrática e sempre se vangloriaram por tal feito. Inclusive alguns discursos governamentais demonstram a pregação de valores tidos como universais, como, por exemplo, a liberdade dos povos (HOBBSAWM, 1995).

O presente estudo se direciona a entender como dois Estados se relacionam, formam alianças e se tornam importantes parceiros políticos e econômicos mesmo com contextos internos teoricamente distintos. Não obstante, como tais relações conseguem e podem se desenvolver num cenário de tensão pré-guerra e de guerra. Discutiremos quais os interesses e quais as condicionantes que levaram Brasil e Estados Unidos a desenvolverem laços tão fortes durante um período histórico conturbado. É evidente que por trás de qualquer relação entre Estados, seja ela bilateral ou multilateral, existem interesses implícitos e explícitos. As alianças formadas tendem a suprir carências de determinado ator, bem como fortalecê-lo. A questão se torna intrigante ao passo que se percebe que tais relações se constroem mesmo que os países tenham uma base ideológica distinta.

A metodologia usada nesse trabalho é a revisão de autores das áreas da Política, Relações Internacionais, História e afins.

Esse assunto é importante para as Relações Internacionais porque representa um recorte importante da história contemporânea do Brasil e que ilustra que as relações podem se desenvolver no cenário internacional ainda que os Estados não compartilhem de um sistema de governo comum. O Brasil passava por um momento de transição econômica e política e visava se projetar na cena internacional de maneira mais robusta, fazendo jus ao seu destaque na América do Sul, quando já despontava devido à sua grande população e extensão territorial, além da posição geográfica privilegiada e do potencial de expansão econômico e exploração de recursos naturais.

2 O ESTADO NOVO

Nessa seção apresentaremos o precedente histórico do Estado Novo e as dinâmicas condicionantes do processo de implantação do regime em 1937. Analisaremos quais os aspectos políticos, econômicos e sociais que influenciaram para que a história brasileira caminhasse neste rumo. Importante ressaltar que o regime teve influências do regime de Salazar em Portugal, derivando inclusive do mesmo nome (Seitenfus, 1985, citado por LIMA, 2006).

2.1 Contextualização Histórica

Getúlio Vargas ascendeu ao poder beneficiado pela aliança formada por grupos minoritários oriundos da classe dominante agrária e de tenentes revolucionários, ambos ansiosos por transformações nas diretrizes político-econômicas vigentes, conduzidas até então pelo presidente Washington Luiz. Moura nos dá uma explicação das pretensões do novo grupo que assumiria o poder:

O programa dos tenentes incluía eleições democráticas, reformas sociais, a nacionalização da terra e dos recursos do subsolo, e a eliminação da máquina política oligárquica. Após a vitória, eles se concentraram em fortalecer o estado, sem eleições de imediato, de modo a avançar em outros itens de seu programa. Os grupos 'oligárquicos', agora no poder, temiam a disposição reformista dos tenentes e conseqüentemente fizeram concessões a classe trabalhadora de forma a evitar transformações substanciais da ordem social. Algumas leis foram promulgadas entre 1930 e 1934 em resposta as reivindicações dos trabalhadores quanto a temas como sindicatos, salário mínimo, a regulamentação do trabalho feminino e infantil, acordos coletivos, férias e seguridade social (MOURA, 2012, p. 48).

Destarte, governo concomitante aos grupos oligárquicos e aos tenentes foi marcado por divergência de interesses. Com o intuito de minar os anseios revolucionários tenentistas, a classe oligárquica tutelava alguns princípios que a pudessem fortalecer, optando, por exemplo, por eleições democráticas. Tal atrito culminou em alterações significativas no quadro político a partir da promulgação da Constituição de 1934. Os tenentes perderam influência e novos grupos políticos foram inseridos ao cenário político.

A partir da integração desses novos atores, aspectos ideológicos se tornaram cada vez mais uma pauta relevante à agenda, haja vista a visibilidade latente de dois

movimentos políticos específicos, a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL). A Ação Integralista Brasileira se assemelhava, em alguns aspectos, aos movimentos fascistas que estavam em evidência em alguns países europeus. Representava a extrema-direita e sua doutrina era galgada na repressão dos direitos individuais e máximo controle da economia pelo Estado, além da centralização do poder nas mãos do executivo. Entrementes, a Aliança Nacional Libertadora compartilhava de valores completamente opostos. Uma vez composta por partidos políticos de esquerda e por movimentos liberais, a ANL defendia valores pautados em reformas sociais com vistas à refutação de qualquer ideia que remetesse aos movimentos nacionalistas europeus e aos ideais imperialistas. Era a favor da reforma agrária e ansiava pela revolução do proletariado com vistas ao fortalecimento do socialismo (MOURA, 2012).

Os anseios por mudanças compartilhados pela ANL incomodaram o governo e favoreceu o aumento da repressão, principalmente a partir de 1935. Esse turbilhão de divergência de interesses e disputas por mais espaço na cena política, denota indícios de que se iniciaria o período político na história do Brasil correntemente conhecido como Estado Novo. Ante aos fatos, bem nos explica Moura que:

Foi aprovada uma lei de segurança nacional. A ANL foi fechada e muitos sindicatos foram atacados. Após uma tentativa de levante comunista em novembro de 1935, o governo estendeu a repressão para incluir seguidores da ANL, reforçou os poderes estatais e, por fim declarou 'estado de guerra'. Esta escalação culminou no golpe de estado de novembro de 1937 e no estabelecimento da ditadura Vargas com o apoio das forças armadas. Era o começo do Estado Novo, que durou de 1937 a 1945 (MOURA, 2012, p. 49).

O governo dispôs de outras ferramentas para estabelecer um controle político, a saber, o fechamento do Congresso Nacional e a promulgação de uma nova constituição que outorgaria poderes executivos à figura do presidente. A liberdade de imprensa, e os direitos civis e políticos também seriam suspensos. Lima bem nos dá uma ilustração a este respeito:

Pouco mais de três anos após Vargas ter sido eleito pela Assembleia Nacional Constituinte de 1934, deu-se o golpe de Estado que, em 10 de novembro de 1937, estabeleceu a ditadura e impôs instituições autoritárias através de uma nova Constituição. Estava instalado o Estado Novo (LIMA, 2006, p. 141).

Percebe-se, portanto, que o Estado Novo não corresponde a uma ruptura plena com o sistema político-econômico vigente na República Velha. Houve sim a incorporação de novos grupos políticos, o que representou a adição de novos temas à agenda governamental. Porém, as massas permaneceram excluídas. Cabe ressaltar que, embora esses novos atores tenham ganhado destaque, eles não conseguiram participar do processo de tomada de decisão efetivamente, mesmo porque, o governo coordenou mecanismos que centralizavam seu poder.

2.2 O Estado Novo e Seu Projeto Nacional

O Estado Novo representou um processo de transformação nas estruturas político-econômicas do Brasil. A revolução de 1930 derrubou os líderes da república oligárquica, estabelecendo assim um novo equilíbrio de poder. Representou ainda a reorientação da atividade econômica que até então se baseava na exportação de bens primários, sobretudo de grãos de café, e tendeu rumo ao desenvolvimento industrial.

A influência da classe oligárquica, principalmente dos representantes do setor cafeeiro de exportação ainda era evidente¹. Ademais, o país dependia da exportação dos bens primários para obter condições, ainda que insuficientes, para importação de bens de consumo e bens de capital industrializados. Todavia, alguns fatores endógenos e exógenos propiciaram a adoção de medidas que criassem melhores condições para o desenvolvimento industrial, tais como o desenvolvimento urbano; a acumulação de capital advindo dos excedentes de exportação; a crescente necessidade de aumento da capacidade nacional de produzir bens industrializados para suprir a vulnerabilidade causada pela recente crise internacional - manifestada a partir do *crash* de 1929, que diminuiu o nível das exportações brasileiras²; e a incorporação de figuras políticas que representavam as indústrias, viabilizando assim, a implantação de

¹ Como o café era responsável por 71% do total das exportações e estas, por sua vez, representavam cerca de 10% do PNB, a principal preocupação do governo residia em apoiar o setor cafeeiro (Cf. BAER, 2003, p.54).

² A Depressão da década de 1930 causou um impacto fortemente negativo sobre as exportações brasileiras, cujo valor sofreu uma queda de US\$ 445,9 milhões em 1929 para US\$ 180,6 milhões em 1932 (Cf. BAER, 2003, p. 54).

políticas cambiais e diplomáticas, tão favoráveis à captação de recursos externos necessários (GARCIA, 1999).

Certamente a crise de 1929 e a depressão que se seguiu acarretaram em novos rearranjos e articulações da economia mundial. No âmbito nacional, definiram-se projetos de desenvolvimento para o mercado interno e industrialização, ao passo que no cenário internacional, sobretudo nos EUA, o princípio básico era a forte intervenção do Estado na economia. A desvalorização competitiva das moedas, as restrições à livre circulação de capital e de força de trabalho, o comércio bilateral e um forte protecionismo passaram a ser adotados por um número crescente de países, almejando sempre proteger-se da crise mundial, direcionando sua economia para o mercado interno e, ao mesmo tempo, exportando mais e importando menos (CANO, 2000).

Nos Estados Unidos, sob o governo de Roosevelt, o combate à crise foi organizado seguindo um conjunto de medidas econômicas e sociais, definido como *New Deal*, que representou fortes investimentos em obras públicas, reforma do sistema bancário e monetário, controle de preços e produção das empresas, incentivos agrícolas, criação de medidas voltadas para a área social e redução da jornada de trabalho, com vistas à recuperação econômica (CANO, 2000).

Os países da América Latina também foram duramente atingidos pela crise e também buscaram novos caminhos para se equilibrarem no mercado comercial. Cano nos expõe que:

Os países menos desenvolvidos tinham poucas alternativas de mudanças de rumos, pois suas economias pouco diversificadas pautavam-se na exportação de produtos primários e o grau de urbanização era bastante reduzido. Estes países procuraram enfrentar a crise por meio de políticas ortodoxas, que ao contribuírem para reduzir a demanda agregada agravavam a própria situação. Para estes países, a crise foi mais dura e demorou mais tempo para ser superada. Neste caso, encontravam-se Equador, Peru, Venezuela, Paraguai, Bolívia, Cuba, Haiti, República Dominicana e mais seis países centro-americanos (CANO, 2000, p.98).

Países como Chile, Colômbia, e, sobretudo México, Brasil e Argentina, embora majoritariamente agrícolas, já possuíam uma economia

diversificada, com um incipiente processo de industrialização e urbanização. Logo, seguiram trajetórias distintas dos demais latino-americanos. Seguindo a tendência geral, fecharam suas economias e buscaram soluções próprias para a situação (CANO, 2000).

No Brasil, a Revolução de 1930 deslocou a burguesia cafeeira da posição hegemônica, o que conferiu ao Estado, em um contexto de crise de hegemonia, maior autonomia para responder rapidamente a crise e para conduzir um projeto calcado na industrialização e no mercado interno, que amadureceu paulatinamente e ganhou contornos mais nítidos no Estado Novo. A política de defesa do café, o monopólio do câmbio e as políticas monetária e fiscal expansivas foram fundamentais para a relativa rápida recuperação da economia e contribuíram para o processo de industrialização se impulsionar a partir de 1933.

Muito embora o projeto de desenvolvimento nacional industrial já houvesse sido traçado entre 1930 e 1937, na prática, as medidas surtiram efeitos visíveis apenas entre 1937 e 1940, quando os pilares da política econômica foram implantados veementemente. Dentre as políticas de desenvolvimento estado novistas, compreendem-se: o estabelecimento de indústrias de base, com atenção especial para o setor siderúrgico, consolidado com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional em 1941; nacionalização das fontes de energia, processo evidenciado através da criação da Petrobrás em 1953; expansão e integração dos transportes, haja vista a criação da companhia Vale do Rio Doce em 1942; nacionalização de empresas privadas, sobretudo dos bancos estrangeiros e companhias de seguro; incremento na produção de carvão; diversificação da gama de produtos destinados à exportação como forma de acúmulo de capital; implantação da legislação trabalhista; a criação de inúmeros organismos de fomento e regulação de setores específicos da economia; e modernização das forças armadas (CORSI, 2002).

Tais ações voltadas para o desenvolvimento industrial do Brasil presentes no período varguista demonstram que, o ideal político que sustentava o governo era soberano se comparado com as políticas oligárquicas, que, segundo Visentini (2004), eram exercidas apenas para justificar o domínio político e econômico.

2.3 O Estado Novo e Sua Política Externa: Equidistância Pragmática x Pragmatismo

Na década de 1930, percebemos que as decisões concernentes à condução da política externa aconteceram de formas bem distintas, levando-se em consideração a configuração política vigente. Durante o governo constitucional (1934-1937), as decisões relevantes emanavam do poder executivo. Entretanto, dependiam da aprovação do poder legislativo³. A partir de 1937 com o estabelecimento do Estado Novo, alicerçadas na centralização do poder, as decisões eram emanadas de órgãos governamentais estritamente específicos, principalmente do Ministério das Relações Exteriores, que neste período já mantinha relações políticas e econômicas bastante estreitas com Grã Bretanha e Estados Unidos. Contudo, o presidente Getúlio Vargas desempenhava cada vez mais um papel central de comando também nas relações externas. As aspirações do mandatário brasileiro convergiam para aproveitar as oportunidades comerciais, econômicas, políticas e militares oferecidas pelos Estados Unidos e pela Alemanha, haja vista que ambos demonstravam interesse em estreitar as relações com o Brasil. Sobre isto, Moura nos esclarece que:

Em geral, a melhor maneira de descrever a política externa do Brasil na década de 1930 é como uma oscilação entre uma grande potência e a outra em termos comerciais, políticos e militares. Esta política de equilíbrio pragmatismo entre a Alemanha e os Estados Unidos produziu uma série de benefícios comerciais e aumentou o poder de barganha do Brasil nos anos vindouros (MOURA, 2012, p. 51).

As mudanças ocorridas na estrutura econômica no Brasil na década de 1930 influenciaram nas tomadas de decisões que convergiam para a orientação das relações exteriores. Não obstante, "assuntos militares como a compra ou reposição de armamentos e munições, a vigilância das fronteiras, estudos estratégicos e o treinamento das forças armadas eram claramente ligadas a fornecedores estrangeiros e *know-how* estrangeiro" (MOURA, 2012, p. 51).

³ O poder legislativo no Estado Novo, a partir de 1937 é nulo. Isso se evidencia a partir do fechamento do Congresso Nacional e dos partidos políticos. Além do mais, os governantes de cada unidade federativa eram nomeados pelo próprio Getúlio Vargas, e eram homens de segurança, ou seja, não constituíam oposição ao regime estadonovista (Cf. MOURA, 2012, p. 49).

Evidencia-se à época, que os Estados Unidos se despontaram como um forte parceiro comercial, muito embora houvesse ainda estreitas relações do Brasil com a Alemanha e com a Grã Bretanha⁴. Todavia, as relações americano-brasileiras eram débeis, uma vez que os Estados Unidos produzia bens primários em seu próprio território, diminuindo assim a necessidade de importação de determinada gama de produtos brasileiros. Neste sentido, o governo de Getúlio Vargas pendia ao livre comércio com os estadunidenses, mas sem abdicar das trocas comerciais com a Alemanha e demais países europeus, pois tinham grande potencial para importar os produtos brasileiros. Alves nos evidencia como eram as relações exteriores do Brasil na década de 1930, apontando que:

A diplomacia brasileira no período é normalmente caracterizada como de “equidistância pragmática”, haja vista os fortes vínculos comerciais que o Brasil manteve com o Eixo europeu, sem comprometer, contudo, sua ligação política mais forte com os Estados Unidos. As trocas comerciais com a Itália e principalmente com a Alemanha cresceram muito na segunda metade da década de 1930, e apresentavam importante vantagem em relação ao comércio realizado com os Estados Unidos: eram feitas na base do escambo, por meio das caixas de compensação, o que poupava as parcas divisas estrangeiras dos países envolvidos. A palavra de ordem da época era ‘o máximo de relações comerciais e o mínimo de relações políticas com a Europa’ (ALVES, 2005, p.5).

Mas, a despeito da aproximação comercial do Brasil com a Alemanha, verificamos que os Estados Unidos se preocupavam mais em estreitar as relações com o Brasil, com o objetivo maior de obtenção de apoio político. Sobre o assunto, Moura destaca que:

É claro, o governo estadunidense se interessava em incrementar o comércio Brasil-EUA e eliminar a concorrência econômica alemã no Brasil. Esta última, porém, era uma meta secundária e subordinada a um objetivo mais amplo, qual seja, garantir apoio político brasileiro - uma aliança completa, se possível - aos Estados Unidos. Como parte deste objetivo principal, o governo Roosevelt também empreendeu grandes esforços para

⁴ A Grã-Bretanha foi o principal parceiro econômico e financeiro do Brasil a partir de sua independência em 1822. Comércio exterior, empréstimos, investimentos em serviços públicos, empresas de exportação e importação - em todos estes campos o capital britânico desempenhara um papel central na economia brasileira. Porém, durante o período entre guerras (1919-1939) houve um claro recuo britânico com relação à economia brasileira, embora na década de 1920, Londres ainda fosse importante fonte alternativa de recursos para o Brasil, especialmente para a manutenção da política de valorização do café. A 'Missão Niemeyer' de 1931 sugeriu que esta influência poderia se reavivar durante o início dos anos trinta, mas a força dos Estados Unidos como um parceiro comercial e fornecedor de divisas produziu efeitos substanciais rapidamente. Incapaz de desempenhar um papel mais agressivo na economia brasileira, a Grã-Bretanha, durante a década de 1930 e a guerra, almejava principalmente proteger seus interesses financeiros. As questões comerciais passaram para o segundo plano (Cf. MOURA, 2012, p. 52).

evitar que o Brasil firmasse alianças com nações europeias (especialmente com a Alemanha) ou adotasse uma orientação nacionalista radical. Foi por esta razão que o governo estadunidense não retaliou contra as políticas comerciais brasileiras na década de 1930 (MOURA, 2012, p. 52-53).

No início da década de 1940 houve uma inflexão nas relações diplomáticas do Brasil. Como lembra Alves (2005), A equidistância nas relações exteriores deu lugar a uma aproximação estreita com os Estados Unidos. O interesse estadunidense em manter sua influência na América do Sul permeou todas as condicionantes dessa aproximação com o Brasil. Esse fato é evidenciado a partir da constatação de alguns fatores geopolíticos e comerciais como veremos apoiados ainda em Alves (2005): primeiro, o nordeste brasileiro era extremamente importante para a defesa do continente, devido à sua proximidade geográfica com a Europa. Além do que, havia o interesse norte-americano de instalar bases navais e aéreas na região que serviriam como ponto de apoio aos aliados que batalhavam na Europa e no norte da África; segundo, o fomento do comércio entre ambos os países através da concessão de exclusividade para a compra dos produtos brasileiros aos EUA. E, por fim, o reconhecimento da preponderância política do Brasil no continente sul americano. Pois que, "tais atributos faziam do Brasil o mais importante e necessário aliado ibero-americano dos Estados Unidos" (ALVES, 2005, p. 9).

Dentre alguns desdobramentos importantes decorrentes do alinhamento do Brasil com os EUA já na década de 1940, Corsi (2002) aponta, por exemplo, o financiamento da construção da usina siderúrgica de Volta Redonda, que foi concedido num momento em que o Brasil, insatisfeito com as tentativas frustradas de apoio norte-americano, gesticulou com um possível alinhamento com a Alemanha, que àquela altura já havia invadido Paris durante a Segunda Grande Guerra. Com a intenção de manter o Brasil como um importante aliado na América do Sul, os EUA demonstraram maior interesse em suportar o Brasil financeiramente. Tanto que, após este episódio, novas linhas de crédito foram outorgadas, além de facultado o acesso à tecnologia. Corsi evidencia, no entanto, que:

[...] os acordos comerciais reafirmavam a posição do Brasil como país exportador de matérias-primas na economia mundial, ainda mais porque estabeleciam rígido controle das exportações do Brasil por parte dos EUA. Estes acordos significaram, sem dúvida, uma maior dependência da economia brasileira em relação à economia norte-americana. No período

em questão, uma parcela considerável do comércio exterior brasileiro correspondia a esses acordos (CORSI, 2002, p.12).

3 DEMOCRACIA

Procurar-se-á desenvolver o conceito de Democracia e associá-la ao presente trabalho com vistas a entender quais as variantes orientam as ações de governos democráticos, bem como suas características e principais contribuições teóricas históricas para o desenvolvimento do termo.

3.1 Conceito

Na teoria da democracia podemos encontrar três conceitos distintos. A definição clássica, advinda de Aristóteles; a doutrina medieval, oriunda da tradição romana; e os fundamentos maquiavélicos, concebidos correntemente como teoria moderna.

A concepção aristotélica define democracia como “governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 319). Essa concepção teórica diferencia algumas formas de governo, dentre as quais, o governo da maioria - seja visando atender a interesses gerais ou a interesses próprios -, que é nomeado como “*politia*”. Em contrapartida, a Democracia, tida como uma forma de governo corrupta, afinal, é um governo de benefícios para a classe pobre. Partindo desse pressuposto, a Democracia é subdividida pelo pensador em cinco tipos, a saber:

1) ricos e pobres participam do Governo em condições paritárias. A maioria é popular unicamente porque a classe popular é mais numerosa. 2) Os cargos públicos são distribuídos com base num censo muito baixo. 3) São admitidos aos cargos públicos todos os cidadãos entre os quais os que foram privados de direitos civis após processo judicial. 4) São admitidos aos cargos públicos todos os cidadãos sem exceção. 5) Quaisquer que sejam os direitos políticos, soberana é a massa e não a lei. Este último caso é o da dominação dos demagogos ou seja, a verdadeira forma corrupta do Governo popular (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 320).

A vertente romano-medieval parte de duas premissas. A primeira atesta que o príncipe possui o mando, pois este fora emanado do próprio povo. A grande questão aqui é se o repasse do exercício e da titularidade do poder do povo ao monarca é definitivo ou temporário. Nesta etapa, entra a hipótese – defendida por alguns

autores da época -, de que a titularidade permanece no povo, que constitui o príncipe como procurador apenas. Cabe ao povo o poder de elaborar as leis, de corrigi-las e inclusive de depor o governante. Portanto, ao governante é concedido tão somente o poder executivo. A segunda premissa afirma que as leis têm como fonte o próprio povo e também o costume. A querela que se desenvolveu a partir dessa segunda premissa era qual fonte de direito tem primazia (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004).

A doutrina moderna da Democracia discorre acerca do confronto entre as forma de governo reino e república. Maquiavel, um dos expoentes dessa linha de pensamento já evidenciava que, historicamente, todos os Estados que exerciam controle sobre os homens tinham como regime de governo, ou a república ou os principados. Entretanto, o pensamento maquiavélico alerta ainda para o fato de que a república não pode ser diretamente associada à Democracia, basta ver que existiam repúblicas aristocráticas – a própria república romana era um exemplo que remonta à época. Com a ajuda de Bobbio, Matteucci e Pasquino, podemos entender a república enquanto:

[...] aquela forma de Governo em que o poder não está concentrado nas mãos de um só mas é distribuído variadamente por diversos órgãos colegiados, embora por vezes, contrastando entre si, se acham constantemente alguns traços que contribuiram para formar a imagem ou pelo menos uma das imagens da Democracia moderna [...] (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 322).

Todavia, ainda que essa associação entre republicanismo e Democracia não possa ser feita imediatamente, é possível perceber que a república, ainda que aristocrata, traz consigo algumas características peculiares da Democracia. Bobbio *et al.* (2004, p. 323) esclarece que “mas no seu caráter peculiar de ‘Governo livre’, de regime antiautocrático, encerra um elemento fundamental da Democracia moderna na medida em que por Democracia se entende toda forma de Governo oposta a toda a forma de despotismo”. Para outros teóricos da escola moderna, outro aspecto que aproxima o republicanismo da Democracia é a virtude, princípio presente em ambos. Ainda de acordo com Bobbio *et al.* (2004), em Rousseau encontramos essa aproximação de maneira ainda mais clara. Baseado em sua construção teórica contratualista – que diz que os indivíduos, através de “uma vontade geral inalienável,

indivisível e infalível” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 319) os homens se unem para criação de leis baseadas no princípio da igualdade. O Estado construído a partir dessa percepção, portanto, é uma Democracia, ou, uma república, contrapondo essa forma de governo a outro sistema de governo onde o poder foi adquirido à força para satisfazer a interesses privados, ao invés de coletivos.

Baseado nesta construção histórica acerca da Democracia, Bobbio *et al.* (2004) nos ajuda a subtrair algumas características importantes inerentes à governos democráticos, tais como “solução pacífica dos conflitos sociais, da eliminação da violência institucional no limite do possível, do frequente revezamento da classe política, da tolerância [...]” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 326).

Em alusão à conceituação de democracia, por último, Mello nos apresenta uma conceituação mais simplista a respeito do termo:

É inegável que historicamente ‘democracia’ teve dois significados prevaletentes ao menos na origem, conforme se ponha em maior evidência o conjunto de regras cuja observância é necessária para que o poder político seja efetivamente distribuído entre maior parte dos cidadãos, as assim chamadas regras do jogo, ou o ideal em que o governo democrático deveria se inspirar, que é o da igualdade. À base dessa distinção costuma-se distinguir a democracia formal da substancial, ou, através de uma outra conhecida formulação, a democracia como governo do povo da democracia como governo para o povo (...) Dos dois significados é o primeiro que está historicamente ligado à formação do Estado Liberal (BOBBIO, 1998 *apud* MELLO, 2003).

3.2 Democracia nas Relações Internacionais

Há nas Relações Internacionais um debate clássico a respeito da democratização das relações entre os Estados. Tal discussão remonta à publicação de “Paz Perpétua” de Immanuel Kant, em 1795. Nessa obra o autor defende que as relações entre os Estados se daria de forma harmônica, desde que os Estados compartilhassem de um sistema de governança democrático. Este debate polarizou-se em torno das vertentes teóricas recorrentemente denominadas como Realismo e Idealismo no estudo das Relações Internacionais. Importante ressaltar que essa contenda entre ambas as escolas evidenciou algumas críticas e contra críticas à Democracia (VILLA; TOSTES, 2006).

Para alguns analistas internacionais clássicos que representam a escola realista das Relações Internacionais, as interações no ambiente internacional deveriam ser conduzidas por grupos especializados. A crítica aqui é de que em um sistema tal qual a democracia, os indivíduos são influenciados pelas paixões e manipulação de interesses, advindas da pressão de grupos sociais específicos. Logo, as decisões políticas estariam comprometidas (FONSECA, 1998 apud VILLA; TOSTES, 2006). Outro autor de destaque que corrobora com essa crítica é Tocqueville (1998, citado por VILLA; TOSTES, 2006), que indica que as democracias enfrentam dificuldade em colocar em prática seus objetivos, diminuindo assim a eficiência no direcionamento dos aspectos políticos, inclusive políticos internacionais:

A política exterior não exige o uso de quase nenhuma das qualidades que são convenientes à democracia, e pelo contrário determina o desenvolvimento de todos aqueles que lhe faltam. A democracia favorece o crescimento dos recursos interiores do Estado; propaga o conforto; desenvolve o espírito público; fortifica o respeito pela lei nas diferentes classes da sociedade, coisas que só tem influência indireta sobre a posição de um povo perante o outro. Mas a democracia só dificilmente poderia coordenar os detalhes de uma grande empresa, deter-se num propósito, e depois segui-lo obstinadamente através dos obstáculos. É pouco capaz de combinar medidas em segredo e de esperar pacientemente os resultados. São essas qualidades que pertencem mais particularmente a um homem ou a uma aristocracia. Ora, são precisamente essas qualidades que, afinal, vêm a fazer com que o povo, como indivíduo, acabe por dominar (TOCQUEVILLE, 1998, p. 177 apud VILLA; TOSTES, 2006, p. 74-75).

Ainda de acordo com Villa e Tostes (2006), no âmbito doméstico existem duas possibilidades para as massas, dependendo do vetor teórico. Idealistas dizem que elas seriam regidas pela razão, pela cautela e inteligência. Para os realistas, elas estarão propensas a serem enganadas e mais suscetíveis à guerra, levando-se em consideração que o jogo político envolve interesses de grupos sociais influentes. Outra dura crítica advinda dos realistas é de que, devido aos procedimentos burocráticos requeridos, o processo de tomada de decisão seria mais lento, principalmente no que tange à reação a ameaças exteriores.

Em contraponto a todas essas críticas, Nincic (1992 citado por VILLA; TOSTES, 2006) refuta os pressupostos de que as discussões concernentes à política externa baseadas no princípio democrático enfraqueceriam o êxito da própria política externa. Pelo contrário, a democracia apenas abriria novas pautas que comporiam o interesse nacional, além de amplificar os objetivos da política externa. Outra

vantagem de regimes políticos democráticos é que tendem ao *status quo*, uma vez que os cidadãos não se inclinariam a dispender capital para a execução de guerra, aludindo então ao fato de que as democracias são pacíficas (VILLA; TOSTES, 2006). Um último aspecto a favor da Democracia, é que a opinião pública pode exercer pressão em negociações internacionais, demonstrando, por exemplo, que caso as concessões não sejam feitas, qualquer acordo que lhe seja desagradável não pode ser sustentado.

Baseados neste último aspecto favorável à Democracia defendido pelos autores idealistas das Relações Internacionais faz-se importante destacar a contribuição teórica de Robert Putnam, denominada jogos de dois níveis.

Putnam (1988) parte do pressuposto metodológico de que o sistema internacional é anárquico e de que os Estados são unidades independentes. Compreende que as relações internacionais derivam da distribuição das *capabilities* entre os atores. Se, considerando a anarquia, não há garantias substanciais de sobrevivência e se cada Estado busca a maximização dos ganhos e defesa de seus interesses, como se dão os processos de colaboração entre os Estados neste sentido? Em seu trabalho, Putnam (1988) evidencia quais são as outras condicionantes que influenciam neste processo de cooperação e quais são as etapas deste processo.

Em sua avaliação, Putnam (1988) define que as interações estatais se revelam em dois níveis, a saber, no nível doméstico, denominado como nível II, e no nível internacional, denominado nível I. Basicamente, o processo de cooperação é resumido da seguinte maneira: no nível I, acontecem as discussões em torno de um acordo (seja de ordem política, econômica, comercial), ao passo que, no nível II, tais acordos precisam ser outorgados pelos diversos grupos que compõem o nível doméstico, a saber, partidos políticos, alguns órgãos do poder público e opinião pública. Baseado ainda no desenvolvimento teórico de Putnam (1998). Uma vez ratificados no nível II, os acordos internacionais não podem ser modificados no nível I, ao menos que novas negociações sejam intermediadas novamente no nível II.

O autor faz uma relação desse processo de negociação com regimes políticos, demonstrando, por exemplo, que em uma democracia, a opinião pública é essencial

para a ratificação dos acordos internacionais, afinal, o povo escolhe quem os representa para conduzir os processos de negociação. Em contrapartida, em um regime autoritário, a opinião pública se mostra desnecessária, não interferindo, portanto na aceitação ou não do acordo.

Ainda analisando as interações nesse cenário internacional, há um fator determinante no processo, denominado *win-set*, que corresponde ao raio de atuação do negociador. Portanto, para que um acordo seja passível de ratificação no nível II, ele deve estar compreendido no *win-set* de ambos os negociadores. Além de que, quanto menor o *win-set* do negociador, menor o poder de barganha e de construir acordos no nível I (PUTNAM, 1988).

Outros conceitos básicos nesta construção teórica são os de defecção voluntária, que é quando o acordo deixa de ser respeitado por um dos lados; e defecção involuntária, que ocorre quando um acordo não puder ser ratificado no nível II (PUTNAM, 1988).

Cabe ressaltar que em qualquer negociação em dois níveis, os negociadores devem estar atentos ao nível doméstico, ou seja, ao nível II. Atento às condicionantes que, ora inibem, ora dilatam o poder de negociação do outro ator. Outra perspectiva interna que influencia no *win-set* são os grupos isolacionistas, que em geral são opositores em qualquer ambiente de cooperação; e grupos internacionalistas, que, pelo contrário, são a favor da cooperação. De igual modo, as instituições existentes no nível II e o caminho seguido pelas mesmas – como, por exemplo, o poder do veto ou a porcentagem mínima para aprovação de qualquer medida - também exercem forte influência.

Consonante à sua posição enquanto mero representante, o negociador interfere na negociação em dois níveis, manifestando suas próprias prioridades, que são apresentados por Putnam (1988) em três divisões, a saber: incremento da popularidade do representante no nível I; alterar a distribuição do poder no nível II, pendendo sempre para o vetor político com o qual ele mais se identifica; e por fim, apenas defender os interesses domésticos no nível I.

3.3 Democracia Associada aos Estados Unidos

Fundamentados na doutrina kantiana da democratização do sistema internacional, temos os Estados Unidos como principal defensor dessa ideia. Veremos que, historicamente esse princípio esteve sempre arraigado no desenvolvimento da sociedade americana, desde os primórdios do seu processo de independência da Grã-Bretanha. Muito embora, como veremos mais adiante, as bases da sociedade constituídas sobre o princípio democrático também tenham uma forte relação com a virtude enquanto princípio básico do conceito de democracia elaborado pelos estudiosos da escola moderna (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004).

A independência dos Estados Unidos se deu fundamentada em uma ideologia imperialista-religiosa. O desbravamento do território americano baseava-se na aniquilação dos povos nativos, afinal, os mesmos eram tidos como pagãos. De acordo com Horseley⁵ (2005), “os fundadores puritanos dos EUA se autoconsideram um povo perseguido e, como o antigo Israel, fugiam da tirania para fundar uma nova sociedade de aliança”.

O processo de expansão territorial dos Estados Unidos extrapolou os limites do continente norte-americano. Horseley⁶ (2005) evidencia que esse processo se disseminou pela América Central e algumas ilhas no Oceano Pacífico. No entanto, mesmo no âmago da sociedade americana, esse processo era visto como natural. Ainda por intermédio de Horseley⁷ (2005), podemos compreender como essa ideia era disseminada entre a sociedade puritana dos Estados Unidos neste período:

Ao reviver os temas do novo Israel e do império para o Ocidente, Strong (teólogo liberal e decidido defensor tanto das missões para o exterior como do evangelho social para o interior) argumentava que Deus tinha encomendado aos EUA - que tinham conseguido já a liderança em riqueza material e população e o mais elevado grau de anglosaxionismo e cristianismo verdadeiro-, a tarefa de cristianizar e civilizar o mundo (HORSELEY, 2005).

⁵ <http://www.servicioskoinonia.org/agenda/archivo/portugues/obra.php?ncodigo=165>. Acessado em 13 Mai. 2014

⁶ <http://www.servicioskoinonia.org/agenda/archivo/portugues/obra.php?ncodigo=165>. Acessado em 13 Mai. 2014

⁷ <http://www.servicioskoinonia.org/agenda/archivo/portugues/obra.php?ncodigo=165>. Acessado em 13 Mai. 2014

O conceito de democracia foi apropriado nos Estados Unidos a partir de então. Consoante Horseley⁸ (2005), “segundo a liderança britânica, os EUA estavam agora destinados a criar um ‘império democrático’ fazendo do colonialismo uma espécie de tutela para a autodeterminação dos vassalos”. Losurdo revela o desenvolvimento da democracia no seio da sociedade estadunidense:

Depois da Guerra da Independência, a democracia norte-americana experimenta novos desenvolvimentos durante a presidência de Jackson na década de 1830: a extensão do sufrágio e a eliminação, em grande parte, das restrições relacionadas com a propriedade na comunidade branca, eram concomitantes com a rigorosa deportação dos índios norte-americanos e com o crescente ressentimento e violência contra os negros. O mesmo se pode dizer do período compreendido entre o final do século XIX e a metade da segunda década do século XX, onde se combinaram reformas como a instauração da eleição direta dos membros do Senado, o voto secreto, a introdução de eleições primárias e de instituições de referendo, etc., com fatos sobremaneira trágicos para a população negra e a expulsão dos índios norte-americanos dos seus últimos territórios e a sua submissão a uma brutal aculturação, com a intenção de os despojar inclusive da sua identidade cultural (LOSURDO, 2004, p. 6).

Outros exemplos desse processo de reconhecimento de elevação moral dos Estados Unidos ao longo da história são fartos. Tendo em vista os desdobramentos da Primeira Guerra Mundial, o presidente Woodrow Wilson justificava a cruzada norte-americana com o intento de infligir a democracia e os princípios cristãos ao redor do mundo. Durante a Guerra Fria, os americanos enfatizava que os países que não tomavam uma posição em relação ao alinhamento político estariam em pecado, afinal, os EUA representava o poder moral. (LOSURDO, 2004). A história nos mostra então que houve uma tendência de que a possível elevação moral dos americanos deveria permear todo o globo, pois uma missão sagrada havia lhes sido outorgada. Todavia, a despeito da elevação moral que os americanos pensavam, e pensam possuir, não os impediram de patrocinar golpes de Estado na América Latina com o intuito de proteger o sistema capitalista frente as ameaças tácitas do avanço dos ideais comunistas. Losurdo admoesta que:

De todo o modo, não é fácil compreender totalmente essa mescla de fervor religioso e moral, por um lado, e a clara e aberta tentativa de domínio político, econômico e militar do mundo, por outra. É sem dúvida, esta amálgama (combinação explosiva), este peculiar fundamentalismo, que constitui atualmente a grande ameaça à paz mundial. O fundamentalismo

⁸ <http://www.servicioskoinonia.org/agenda/archivo/portugues/obra.php?ncodigo=165>. Acessado em 13 Mai. 2014

norte-americano intoxica um país que, designado e autorizado por Deus, considera irrelevantes a ordem internacional atual e as regras humanitárias. É neste quadro que devemos situar a deslegitimação das Nações Unidas, o desprezo pela Convenção de Genebra, e as ameaças proferidas não só contra os seus inimigos, como também contra os seus “aliados” na OTAN (LOSURDO, 2004, p.8).

Losurdo (2004) se refere a estes protótipos paradoxais como uma democracia cunhada apenas para acolher os ensejos da classe dominante. Não era diferente na Europa. O estatelamento do sufrágio no continente concorria com o progresso imperialista, sobretudo no final do século XIX e nos primórdios do século XX. Os povos das colônias europeias eram submetidos a um regime escravocrata. Ainda sustentados por Losurdo, percebemos que:

O governo democrático na Europa estava fortemente entrelaçado com o poder da burocracia e com a violência policial, e o estado de sítio nas colônias. Em última análise, trata-se do mesmo fenômeno que ocorreu nos Estados Unidos, com a diferença que na Europa era menos evidente porque os povos colonizados viviam do outro lado do oceano (LOSURDO, 2004, p. 6).

4 DITADURA

Nesta seção abordaremos o conceito do termo ditadura, evidenciando obras que contribuíram para o desenvolvimento histórico teórico do termo. Apresentaremos exemplos práticos e verídicos que nos ajudem a melhor entender a conceituação, bem como transpor as características que intrínsecas do termo ao período do Estado Novo.

4.1 Conceito

Primeiramente podemos definir Ditadura como um regime político, uma forma de governo. Neste sentido, tal conceito está diretamente referido à ideia de Estado. Embora o conceito moderno de ditadura se incline mais para o lado da tirania como no caso da ditadura romana, uma das palavras que melhor podem definir este termo é a ilegalidade, ou seja, a vontade absoluta de alguém ou de algum grupo que não obedece aos padrões de uma democracia.

Segundo Bobbio (2004) a palavra Ditadura tem sua origem na ditadura romana. O significado moderno da palavra é, porém, completamente diferente da instituição que o termo designava na Roma republicana. A ditadura romana, grosso modo, era um órgão extraordinário que poderia ser ativado conforme processos e dentro de limites constitucionalmente definidos, para fazer frente a uma situação de emergência e inesperada. O ditador era nomeado por um ou por ambos os cônsules proposto pelo Senado, ao qual cabia julgar se a situação de perigo fazia realmente necessário o recurso à Ditadura. O cônsul não podia autonomear-se ditador, nem este último podia declarar o estado de emergência. O fim para o qual se nomeava um ditador era claramente definido e o ditador a ele deveria ater-se apenas temporariamente. Um exemplo comum para a nomeação de um ditador romano tratava-se da condução de uma guerra ou da solução de uma crise interna. Neste sentido, a ditadura romana:

Constituía quase uma necessidade, considerando o grau muito marcante de divisão e de limitação do poder que distinguia sua fisionomia constitucional: pluralidade das assembléias, multiplicidade das magistraturas, sua organização como um colegiado (com direito de veto), sua breve duração (ordinariamente um ano). Neste quadro, pode-se afirmar que, para a República romana, a Ditadura era a maneira de suspender temporariamente a sua ordem constitucional a fim de preservar a integridade e permanência. (BOBBIO, 2004, p. 368-369).

Este conceito de ditadura perdeu o sentido e eficácia no século III A.C. quando as guerras se tornaram mais longas e acabou sofrendo restrições ao ser ativado cada vez com mais frequência para obedecer a razões bem diferentes da necessidade de superar uma grave crise. Após as guerras Púnicas a velha instituição republicana era uma recordação do passado e os Governos de Sila e de César, ditadores romanos, aproximam-se, na realidade, do significado que a palavra Ditadura tem adquirido no nosso tempo. Contrariamente à ditadura romana, a ditadura moderna não é autorizada por regras constitucionais: se instaura de fato ou, em todo o caso, subverte a ordem política preexistente. A extensão do seu poder não está predeterminada pela Constituição: seu poder não sofre limites jurídicos. E, embora algumas Ditaduras modernas tendam ainda a se auto apresentar como temporárias, sua duração não está antecipadamente fixada: a sua permanência, como a de qualquer outro regime político, depende das vicissitudes da história. Em resumo, a

Ditadura romana é um órgão excepcional e temporário, enquanto a Ditadura moderna uma forma de Governo normal e durável (BOBBIO, 2004).

O conceito de Ditadura sofreu mutações desde a Antiguidade Clássica até o século XX. Durante o Império Romano, ditadura significava um governo de um magistrado, o ditador, nomeado unicamente em casos de guerras ou revoltas, para reorganizar o governo e a ordem do caos administrativo. O ditador, no entanto tinha função temporária e logo que findo seu trabalho, seus direitos eram revogados pelo senado romano. Assim sendo, o conceito de ditadura era positivo e uma instituição legal prevista. Em sua forma moderna e ainda na Europa, diferentemente da versão romana, a ditadura deixa de ser legal e tenta mudar totalmente o contexto político vigente. Porém, bem como a ditadura romana, a ditadura da Idade Moderna visava remediar uma situação de instabilidade estatal, mas não de forma parcial dependendo de um senado e com tempo determinado para existir, e sim instaurando um novo poder, no qual normalmente o ditador era autoproclamado.

Apesar de existirem diferentes formas de ditadura no mundo contemporâneo, algumas características são divididas por todas, como, por exemplo, “cerceamento de direitos políticos e individuais, a ampla utilização da força pelo Estado contra sua própria sociedade e o fortalecimento do poder executivo em detrimento de outros poderes” (SILVA; SILVA 2009, p. 105).

Paradoxalmente, o conceito de Ditadura se relaciona com a ideia de Democracia, uma vez que, desde o século XIX com a ascensão da sociedade burguesa e dos Estados Liberais no Ocidente, a democracia passou a ser considerada a melhor forma de governo. A partir deste período o termo ditadura passou a designar todos os governos não democráticos, assumindo um valor negativo visto que não compreendia aos valores burgueses.

O conceito e a relação entre ditadura e democracia já foi amplamente discutido por vários cientistas políticos e historiadores ao longo do tempo, especialmente porque muitos Estados ditos como democráticos possuem práticas ditatoriais. Segundo Norberto Bobbio (2004) a ditadura é uma forma de relação entre os poderes executivos e legislativos de um Estado. De acordo com Franz Neumann (1968), a

ditadura pode ser definida como um governo de uma só pessoa, ou um grupo de pessoas, que se atribui o direito de exercer o poder, monopolizando-o sem restrições. Segundo Silva classifica-se Ditadura em três tipos:

A ditadura simples, na qual o poder é exercido pelo por um ditador que se baseia nos meios tradicionais de coerção da sociedade do Estado, que são a política, a burocracia, o exército e o judiciário. Nesta categoria estão os ditadores do século XX Idi Amin em Uganda, Papa Doc no Haiti e Pol Pot no Camboja. A segunda categoria é chamada de "cesarista" ou "bonapartista", na qual o poder do ditador vem principalmente pelo apoio popular. O poder depende do carisma do político e pode ser exemplificado pelas ditaduras latino-americanas do século XX, sobretudo como a de Getúlio Vargas e Perón, no Brasil e Argentina respectivamente. O terceiro e último tipo de ditadura é o totalitário, em que um partido controla o Estado usando também o apoio popular, como nos casos do fascismo italiano, o nazismo alemão e o stalinismo soviético. (SILVA; SILVA, 2009, p. 106).

Em resumo, ditadura é uma categoria de análise política que pode ser aplicada a diferentes sociedades e períodos históricos, no entanto não cabem generalizações. Cada momento histórico possui suas particularidades e é sempre preciso analisar para além do sentido estrito do conceito, compreendendo também as especificidades de cada uma em seu período histórico.

4.2 O Estado Novo e o Regime Ditatorial

Adaptando-nos da exibição da ditadura durante o período romano, entendemos que o período do Estado Novo apresentou algumas características semelhantes, ao passo que o regime foi proclamado sob a justificativa de manter a ordem social. Os golpistas que implantaram o Estado Novo introduziram a população o temor do comunismo que era iminente e as terríveis consequências que essa possibilidade traria à sociedade brasileira (BELLINTANI, 2002).

A despeito dos tipos de ditadura correntes historicamente, a definição de Silva (2009) de que todas essas formas apresentam características em comum tais como o cerceamento da liberdade individual, exercício da força para manutenção da ordem social e enfraquecimento dos poderes em diferentes esferas tais como legislativo, são comuns ao Estado Novo. Veremos como esses atributos se aplicam na prática.

Bellintani (2002) evidencia-nos que o período estadonovista apresentava características repressivas, tais como prisão, perseguição, tortura e inclusive assassinatos de qualquer opositor ao regime. Inclusive os cidadãos que buscavam denunciar ao povo essa faceta do Estado Novo, sofriam perseguição. De fato, os governantes se utilizaram da propaganda para consolidar o regime. Eram propagados valores como progresso nacional através do desenvolvimento industrial, e consequente geração e distribuição social de renda, como maneira de maquiagem o caráter abusivo do período. Como exemplo citado pela autora, destaca-se uma visita de Getúlio Vargas à Belo Horizonte que foi precedida da prisão de 600 pessoas que representavam ameaça à segurança do mandatário. Outro exemplo a ser destacado pela mesma autora são os presos políticos. A ilha de Fernando de Noronha recebia constantemente navios “carregados” de personalidades públicas consideradas páreas ao regime, tais como médicos, advogados, engenheiros, militares, etc. (BELLINTANI, 2002). Ademais:

A violência foi o meio empregado durante o Estado Novo para impor a ordem social e impedir que ocorressem formas de resistência ao modelo varguista. O Departamento de Imprensa e Propaganda cuidava das censuras aos órgãos de imprensa e às manifestações culturais, como entrevistas, discursos, declarações, teatro, cinema e outros, enquanto a polícia política caçava os rebeldes subversivos. Tudo era objeto de investigação: toda e qualquer denúncia era aceita, até mesmo brigas de vizinhos ou familiares, porque nesses desentendimentos domésticos podiam-se descobrir pessoas envolvidas com a oposição. Decorria assim o mau uso da força, as prisões ilegais sem provas cabíveis, o terror nos perseguidos políticos, sem direito à defesa, e a satisfação dos delatores que cumpriam seu dever para com a Pátria (BELLINTANI, 2002, p. 145).

Cabe ressaltar aqui o encaixe particular aos elementos comunistas. Os imigrantes que tinham qualquer ligação com os Estados europeus que exerciam políticas de cunho nacionalista eram fortemente reprimidos, especialmente os descendentes de alemães, italianos e russos. Um exemplo clássico é a prisão do casal Olga Benário e Luís Carlos Prestes. Essa perseguição baseava-se na aproximação com os Estados Unidos. Uma condicionante do apoio financeiro que os EUA davam ao Brasil era o combate ao comunismo no cenário interno, muito embora essa não fosse uma condição estritamente e explicitamente imposta (BELLINTANI, 2002).

Muito embora o objetivo dos EUA de aprofundar as relações econômicas com o Brasil como meio de ratificar a sua influência na América do Sul, as discussões

ideológicas, ao menos no início do Estado Novo, ocupavam papel de destaque no governo e na imprensa norte-americanos. Seitenfus (1985) orienta-nos que o rompimento com o ciclo democrático era extremamente prejudicial ao Brasil na visão dos americanos, afinal, novas eleições estavam programadas para o ano seguinte, 1938. Antes que Getúlio se propusesse a atacar qualquer indício de adesão ao comunismo entre os grupos sociais, a absorção dos norte-americanos a respeito do regime era uma clara aproximação aos governos totalitários nacionalistas europeus. Tal receio tinha um pouco de fundamento, afinal, a doutrina do regime ditatorial do Estado Novo foi desenvolvida com base em linhas nacionalistas comuns aos regimes europeus (BELLINTANI, 2002), e se evidenciam através dos mecanismos repressivos (SEITENFUS, 1985) – que, por outro lado, refutam qualquer aproximação ideológica aos regimes europeus, pois tais mecanismos visavam perseguir adeptos dessa ideologia na sociedade brasileira.

5 RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS (1937-1945)

Nas relações exteriores do Brasil, se tem como referência as relações bilaterais com os Estados Unidos. Segundo Pecequilo (2011), o diálogo entre brasileiros e norte-americanos remonta ao início do século XX quando Barão de Rio Branco encabeçava o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (1902-1912). Dois fatores influenciaram para que o cenário se desenhasse dessa maneira: em primeiro lugar, o Brasil se preocupava em cimentar o seu território, haja vista que algumas disputas lindeiras com Argentina e Paraguai, por exemplo, haviam ocorrido há poucos anos antes; segundo, a percepção de que o equilíbrio do poder no sistema internacional estava se alterando, ou seja, a preponderância inglesa já não era tão forte, ao passo que, Alemanha e Estados Unidos ganhavam crescente papel de destaque. Baseados nesses dois fatores principais, a agenda de Rio Branco direcionou-se, portanto, para o Cone Sul e para os EUA (PECEQUILO, 2011).

Pecequilo (2011), no entanto, alerta que a aproximação do Brasil com os Estados Unidos durante o mandato do Barão do Rio Branco, já apresentava faceta pragmática, com um caráter defensivo. Ora, os Estados Unidos já se destacavam na América com preeminência, tanto em termos econômicos quanto em termos militares. E obviamente a América era a zona de influência preferencial dos

estadunidenses. Tal preferência era evidenciada pela Doutrina Monroe, que deliberava acerca de valores democráticos para os países americanos. Neste sentido, a aproximação com os Estados Unidos visava estabelecer o Brasil como líder na América do Sul, aproveitando-se da prevalência dos EUA na região, bem como refrear a já evidente influência norte-americana no cone sul.

Durante os primeiros anos do mandato de Getúlio Vargas (principalmente de 1930 até o final da mesma década), a política externa brasileira também claramente orientou-se para o pragmatismo, muito embora, no período anterior, o Brasil pendeu mais ao automatismo, afinal, a sua recolocação na cena internacional dependia “do incremento da interdependência política e econômica entre as duas nações (ou seja, dependência) nos setores de investimentos e no aumento das exportações agrícolas” (PECEQUILO, 2011, p. 20).

As relações desenvolvidas entre Brasil e Estados Unidos durante o Estado Novo (1937-1945) tem uma base política meritória. O general Eurico Dutra, ministro de guerra, e o general Góes Monteiro, chefe do estado-maior do exército eram declaradamente admiradores da Alemanha, tanto da capacidade bélica dos alemães quanto do direcionamento político adotado neste país. Tanto Eurico quanto Góes ganharam notoriedade na esfera política devido à participação na revolução de 1930. Aspiraram, e lideraram ainda o golpe de Estado, em 1937. E por tão declarada admiração à Alemanha, agregado à importância de seus cargos como generais, alguns movimentos de aproximação foram levados a cabo, como por exemplo, visitas oficiais à Itália e a Alemanha em 1939. Não obstante, o alto comando do exército brasileiro participou de intercâmbios com o general Marshall dos Estados Unidos a convite do próprio governo americano também em 1939, que claramente temia a aproximação com os países de governo fascista, por razões óbvias (MOURA, 2012).

Portanto, se torna notável uma aproximação comercial e política entre esses dois países, que se focou no desenvolvimento do segmento siderúrgico e militar brasileiros⁹. Um movimento importante de aproximação entre os dois países se deu

⁹ Havia uma preocupação do governo de Getúlio Vargas quanto à piora da situação internacional devido aos indícios cada vez mais claros de um grande conflito bélico. Ademais, o Brasil encontrava-

com a Missão Aranha em 1939. O governo brasileiro enfrentava dificuldades em obter recursos que sustentassem o progresso do programa de desenvolvimento industrial. A obtenção de divisas por meio das exportações foi insatisfatória. Ademais, os prenúncios da Segunda Guerra Mundial minaram a aquisição de financiamentos e investimentos externos (CORSI, 2002). Um mecanismo do qual o governo de Vargas dispôs foi a aproximação direta com os governos que pudessem financiar os projetos desenvolvimentistas. De acordo com Corsi, a Missão Aranha tinha, dentre outros objetivos:

[...] abertura de linhas de financiamentos para projetos de grande envergadura no Brasil. Por parte do governo brasileiro, a expectativa com essa missão consistia, fundamentalmente, na possibilidade de conseguir créditos para financiar o desenvolvimento. Mas, parece ter sido justamente este o ponto mais difícil das negociações (CORSI, 2002, p. 9).

Entretanto, tais finalidades não foram alcançadas em sua plenitude. Economicamente, o laurel mais importante desta missão foi a aquisição de um “empréstimo de 19 milhões de dólares, destinado a liquidar atrasos comerciais. No que se refere às questões ligadas ao desenvolvimento, o governo norte-americano prometeu vagamente abrir linhas de crédito de longo prazo” (CORSI, 2002, p. 9).

Ainda que a Missão Aranha não tivesse sido cumprida com o êxito, “a execução do projeto de desenvolvimento nacional permanecia no centro da política externa e da redefinição da inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho” (CORSI, 2002, p. 10).

Na visita de Aranha aos EUA, Roosevelt pontuou a possibilidade de entrar em um conflito internacional e parte de seu plano de defesa incluía a América do sul. Como fruto dos intercâmbios, e a série de visitas mútuas que aconteceram em seguida, uma cooperação militar entre os dois países se desenhava. Os EUA, para tanto, assistiria o Brasil técnica e financeiramente, juntamente com o envolvimento de funcionários brasileiros para instalação de defesa costeira e proteção aérea no nordeste brasileiro. Contudo, a aliança entre Brasil e Estados Unidos neste sentido foi afetada por algumas complicações legais, conforme descrito por Moura:

se atrasado no que tange à modernidade dos equipamentos das Forças Armadas, sobretudo da marinha. Portanto, o governo brasileiro procurava equilibrar sua capacidade bélica com o seu principal rival no Cone Sul, a Argentina (Cf. Alves, 2005, p. 5).

Havia, porém, restrições legais que impediam que o exército estadunidense provesse os tipos de material que o Brasil queria para seus arsenais, e as propostas de Góes Monteiro não puderam ser aceitas. Uma oferta de equipamentos de defesa costeira excedente, feita em 1939 foi considerada inaceitável pelos militares brasileiros. A despeito da boa vontade dos EUA, as autoridades do exército brasileiro tinham boas razões para considerar a Alemanha uma fonte mais segura de material bélico. Então, as vésperas da guerra, não havia uma definição clara de um parceiro militar para o Brasil. Enquanto a marinha se mantinha fiel aos seus fornecedores britânicos, o exército se dividia entre as vantagens e desvantagens da parceria com a Alemanha ou com os Estados Unidos (MOURA, 2012, p. 55-56).

Além dos aspectos da cooperação comercial já abordados, a relação entre EUA e Brasil foi traduzida também em cooperação militar na prática. Nos primeiros anos da década de 1940 o Brasil fora atacado diretamente, levando-se em conta os desdobramentos da Segunda Grande Guerra Mundial. Conforme salienta Alves (2005), seis embarcações mercantes foram afundadas na costa nordeste brasileira, o que levou o Brasil a declarar guerra à Alemanha e à Itália. Assim, mecanismos de cooperação militar foram constituídos. Duas comissões foram criadas, uma sediada nos EUA e outra no Rio de Janeiro, e tinham "como função o estudo e preparo das recomendações referentes à defesa conjunta dos dois países" (ALVES, 2005, p. 10).

Quando a guerra se iniciou em 1939, a posição do Brasil era neutra. Seja porque até então mantinha relações econômicas tanto com Estados Unidos quanto com a Alemanha, seja porque os próprios oficiais do Exército e da Marinha brasileiros sentiam que o país não tinha condições estruturais de participar de um conflito de proporções globais. Isso se evidencia quando Osvaldo Aranha elabora a proposta de neutralidade, que, evidenciado por Bueno e Cervo, incluía:

A partir disso, sugeriu providencias: 'arregimentação da opinião pública; economia de combustíveis e trigo; regularização de vencimentos de obrigações internacionais; constituição de stocks dos produtos indispensáveis e racionalização de seu consumo; proibição de exportação de ferro' (BUENO; CERVO, 2002, p. 249).

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial está diretamente relacionada à entrada oficial dos EUA, a partir do ataque japonês à Pearl Harbor, em 1941. No ano seguinte, em uma conferência realizada no Rio de Janeiro, o governo de Roosevelt altamente recomendava às nações latino-americanas o rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo. A resiliência da Argentina e do Chile abriu

caminho para que as relações do Brasil e Estados Unidos se incrementassem. Oficialmente após o Brasil ter rompido as relações com os Estados que compunham o Eixo, a frota mercante do Brasil que transportavam produtos destinados aos EUA foi atacada como retaliação. Era o estopim para que o Brasil declarasse guerra à Alemanha e à Itália. Nesse sentido, o apoio dos Estados Unidos foi fundamental, ao passo que asseguraram condições estruturais e estratégicas para a participação do Brasil no conflito. Por exemplo, financiaram a construção de uma base naval em Natal além de darem suporte econômico e intercâmbio à Força Aérea Brasileira. Além disso, os EUA venderam armamento ao Brasil a preços irrisórios, “forneceram-lhe capital para assumir o controle das companhias de aviação subsidiárias da Condor (alemã) e da Lati (italiana) e, ainda, para o desenvolvimento da indústria extrativa mineral e vegetal de importância militar” (BUENO; CERVO, 2002, p. 263).

A participação do Brasil na guerra foi combinada ainda com pressões de grupos internos. A oposição ao regime estado novista via o alinhamento do Brasil ao bloco democrático como uma possibilidade de o país aderir a um futuro processo de redemocratização política. Além do mais, a classe militar visava auferir melhor status interno e externo podendo aumentar sua capacidade bélica (VISENTINI, 2004).

Ainda de acordo com Visentini (2004), percebe-se que durante a guerra, o Brasil conseguiu obter considerável montante de divisas, pois, 75% do total das exportações brasileiras eram direcionadas aos esforços de guerra (alimentos e matéria prima). Concomitantemente, era nítida a produção industrial interna, nas quais se destacavam:

[...] bens de consumo popular, despontava já a produção de bens intermediários, insumos básicos e de capital. [...] Finalmente, o grande acúmulo de divisas pelo Brasil durante a guerra apresentava-se como um grande trunfo para o incremento da industrialização brasileira, caso fosse mantido o projeto nacional-desenvolvimentista de Vargas (VISENTINI, 2004, p. 48).

Ademais, Bueno e Cervo salientam que:

Em termos materiais, a participação no conflito deixou saldo positivo ao Brasil. O Exército e a Força Aérea foram modernizados e equipados numa escala superior ao período imediatamente anterior, com quadros de pessoal treinado em centros mais avançados que os nacionais. Afora isso, é preciso considerar o aumento do prestígio internacional do país, figurando ao lado dos vitoriosos (não obstante sua modesta contribuição nas operações

bélicas), e o aumento do componente de orgulho incorporado ao sentimento nacional. É também oportuno observar que pela forma como se deu a participação do Brasil na Segunda Guerra, houve aproximação, resultante da convivência, entre oficiais brasileiros, e oficiais e autoridades norte-americanas, inaugurando assim uma etapa de colaboração que se prolongou para além do período imediatamente posterior ao conflito (BUENO; CERVO, 2002, p. 267).

Politicamente, Visentini (2004) observa que movimentos de base nacionalista militar foram orquestrados em alguns países da América Latina entre 1943 e 1944, e preocuparam sobremaneira Washington. Com isso, o Brasil teve apoio e encorajamento norte-americano para pressionar tais movimentos. Um exemplo é o envio de frotas do exército para a fronteira da Argentina como forma de retaliação. Não obstante, os argentinos compartilhavam de um antiamericanismo e alguns grupos políticos e sociais compartilhavam dos ideais fascistas.

De toda maneira, a aproximação brasileiro-americana não tinha somente bases políticas e econômicas. Pecequilo (2011) reforça que esse relacionamento apresentava atributos ideológicos. Isso significa em certa medida que, os Estados Unidos buscava valorizar elementos da cultura e da identidade brasileira, haja vista a criação do personagem Zé Carioca – um papagaio - em desenhos da Disney, que se torna amigo do Pato Donald. Ainda de acordo com Pecequilo (2011, p. 24), “ao mesmo tempo em que estas propagandas políticas apresentavam a ideia de países irmãos, trabalhavam também com a percepção de um Brasil exótico e amistoso que incitava a curiosidade norte-americana”. Cabe ressaltar que esse desígnio norte-americano compunha uma doutrina denominada “política da boa vizinhança” que consistia basicamente em efetivar a presença dos EUA na América Latina com vistas a afastar qualquer aproximação com os ideais nazistas alemães (PECEQUILO, 2011).

Em 1944, um movimento político nos dá indícios que o Brasil perderia proeminência nas relações com os Estados Unidos, o que contribuiu para a derrocada do Estado Novo. Isso aconteceu devido a um movimento das classes políticas do cenário interno que ansiavam pela redemocratização do Brasil, com o apoio dos EUA. Algumas manobras efetuadas por Vargas como a exclusão de Oswaldo Aranha da chancelaria por este manter contatos com a oposição, levaram os EUA a crer que o Brasil se aproximaria aos movimentos nacionalistas latinos. As pressões

internacionais para a redemocratização se tornavam mais latentes, tais como as diretrizes políticas estabelecidas em conferências pan-americanas que discorriam acerca do alinhamento dos países latinos aos Estados Unidos no pós-guerra e criação de princípios para defesa continental em caso de ameaça externa, no âmbito da ONU (Organização das Nações Unidas) e da OEA (Organização dos Estados Americanos) (VISENTINI, 2004).

Pecequilo (2011) evidencia que o não apoio do governo norte-americano ao Estado Novo varguista teve como fundamento o receio de que o comunismo se disseminasse já no período imediatamente posterior ao término da Segunda Guerra Mundial: “[...] o governo norte-americano assumiu posição distinta daquela na Segunda Guerra, passando a pressionar governos percebidos como autoritários, e anunciando o risco da expansão comunista” (PECEQUILO, 2011, p. 25).

Em abril de 1945 percebe-se uma abertura maior do governo às pressões. Ainda de acordo com Visentini, “[...] o governo concedeu anistia aos presos políticos, terminou a censura, permitiu as manifestações políticas e foram fundados novos partidos. [...] O Partido Comunista foi, igualmente legalizado” (2004, p. 51-52). O fim do Estado Novo era evidente. Getúlio Vargas, na tentativa de permanecer no poder, tentou ganhar apoio da burguesia industrial através do seu projeto nacional de desenvolvimento industrial. No entanto, a aproximação cada vez mais latente de Vargas com o movimento trabalhista e, portanto, adoção de práticas econômicas liberais, advertiram os Estados Unidos. Por conseguinte, os Estados Unidos se apoiou na oposição e nas Forças Armadas para aplicar o golpe de Estado e depor o governo varguista. Visentini (2004) expõe alguns dos motivos pelos quais o projeto de desenvolvimento industrial não pode ser levado a cabo: a base política de apoio a Vargas era frágil; o objetivo de consolidar a indústria nacional estava condicionado a interesses de outros grupos políticos como, por exemplo, a burguesia agrária. Todavia, Vargas era totalmente dependente da burguesia industrial, base de seu apoio. Os movimentos políticos realizados no sentido de contrabalancear os divergentes interesses das classes políticas e sociais predominantes foram insatisfatórios.

Explicações personalistas como os zig-zags políticos, a indecisão e o desejo de conciliar, em lugar de confrontar, apresentam apenas a parte visível do problema. O capitalismo brasileiro era incipiente e a base de poder era instável, fazendo com que Getúlio evitasse as medidas que pudessem rachá-la (VISENTINI, 2004, p. 53-54).

O processo de redemocratização política do Brasil a partir de 1946 representou uma alteração no caráter das relações entre brasileiros e norte-americanos, que, de acordo com Pecequillo, dirigiu-se ao automatismo e pôs fim ao ciclo pragmático:

No contexto brasileiro, entretanto, a ampliação dos ensaios da multilateralização representa, muito mais do que uma mudança “ideológica” como concebida pelos EUA, a ascensão de um país social e economicamente mais complexo que passava a perceber as limitações impostas pelo espaço regional ao seu projeto nacional de crescimento e modernização (PECEQUILLO, 2011, p. 31).

6 RELAÇÕES ENTRE UM ESTADO DITATORIAL E UM ESTADO DEMOCRÁTICO

Como vimos anteriormente, desde a Revolução de 1930 até o início da década de 1940, a política externa brasileira caracterizava-se pelo pragmatismo, envolvendo ora Estados Unidos, ora Alemanha, principalmente – muito embora Grã Bretanha e Itália também representassem uma importante fatia do comércio exterior brasileiro. Tal política refletia os interesses engendrados no contexto interno brasileiro. Getúlio Vargas havia traçado projetos que visavam ao crescimento industrial, por ter ora constatado que a base agrária e mineral enquanto principal gerador de divisas de exportação era insuficiente para sustentar um crescimento econômico. Portanto, a despeito das convicções políticas do parceiro econômico, tais relações se desenvolviam condicionadas pelas prioridades estabelecidas internamente (CORSI, 2002). Portanto, a despeito do surgimento da doutrina nazi fascista, isso, a princípio, não constituiu empecilho para que o Brasil desenvolvesse parcerias comerciais.

A construção teórica de Putnam (1988) nos ajuda a compreender os mecanismos que ajudavam as relações exteriores do Brasil se desenvolver neste período. Putnam (1988) afirma que, para que os acordos internacionais elaborados no nível I possam ser cumpridos, os mesmos devem ser outorgados pelos grupos sociais e políticos internos que compõem o contexto interno, ou seja, o nível II. Corsi (2002) evidencia que a política de industrialização de Vargas e as conseqüentes atitudes no

cenário internacional que visavam atender a essa demanda foi levada a cabo porque havia no Brasil grupos internos que sustentavam essa ideia. O advento da Revolução de 1930 permitiu a ascensão dos interesses da burguesia industrial à agenda governamental. Corsi (2002) salienta ainda que a força da burguesia agrária existia, porém, em menor escala se comparada ao período correspondente à República Velha, afinal, a classe trabalhadora era adepta ao crescimento acelerado, e isso era disseminado pela burguesia industrial. Portanto, os interesses da classe agrária eram subordinados aos da classe industrial emergente. A configuração política interna legitimou as ações do governo de Getúlio Vargas, especialmente no período do Estado Novo. A instauração do regime se deu baseada no apoio da classe industrial dominante.

Além de que, os rumores de uma conspiração de golpe comunista alimentada pelo governo constitucional constituiu apoio ainda maior das alas conservadoras. Tais fatores por si só definem o *win-set* no nível internacional I. Apesar de que, embora Putnam (1988) defenda a importância dos grupos sociais no nível doméstico - II - para a bem-aventurança dos acordos internacionais, no regime estado novista o governo centralizara o poder. Instituições políticas importantes perderam espaço nesse cenário e, conforme Lima (2006), o poder político emanava do próprio Vargas. Nesse sentido, compreende-se que a política interna foi sim importante para definir a atuação externa do Brasil (levando-se em consideração os argumentos políticos e ideológicos do período do Estado Novo), todavia, tal importância é enfraquecida ao passo que se percebe que o *win-set* de Getúlio era por ele mesmo definido, afinal, os principais órgãos internos tinham pouca influência na vida política, com exceção da oposição, que, mesmo assim era inócua.

Ademais, ainda que o cenário interno brasileiro apresentasse características semelhantes aos Estados com políticas nazifascistas, tais qual a privação da liberdade de imprensa e de funcionamento de partidos políticos, a associação do regime ditatorial brasileiro ao nazi fascismo europeu não pode ser feita diretamente, vide a preocupação do governo de Getúlio Vargas em limitar o raio de ação dos grupos políticos que mantinham qualquer associação com o embate ideológico nazi fascista, haja vista o fechamento da Associação Integralista Brasileira a partir da promulgação do Estado Novo em 1937. Villa e Tostes reforçam que:

A principal preocupação do EUA em relação ao Brasil, após o advento do Estado Novo, foi evitar que ele ficasse na órbita de influência alemã. Daí a facilidade da relação entre os dois países, não obstante as diferenças dos regimes. Nesse sentido, o rompimento de Vargas com a AIB e a colocação desta na ilegalidade, em dezembro de 1937, afora outras considerações, contribuíram para tranquilizar o governo e a opinião norte-americanos; os integralistas não teriam o poder e o Estado Novo não se inclinaria para as potências do Eixo. Essa foi a impressão, mesmo que não tenha sido decorrência de atitude deliberada. A partir de maio de 1938, as relações do Brasil com os Estados Unidos melhoraram ainda mais, não só em razão da presença de Osvaldo Aranha à frente do Ministério das Relações Exteriores, mas também por causa da crise nas relações com a Alemanha (BUENO; CERVO, 2002, p. 248).

Até aqui, o enfoque dado foi direcionado ao Brasil enquanto um Estado ditatorial em alguns aspectos. Contudo, no que tange à ideologia democrática norte-americana, podemos encontrar respostas presentes no debate sobre a democratização do sistema internacional, apresentado anteriormente. Bobbio (2004) é simpatizante da escola kantiana, que, por sua vez, constrói o argumento de que, para a harmonização do sistema internacional, os Estados devem compartilhar de um regime governamental democrático. Uma vez que a democracia enquanto regime de governo interno representa oposição a qualquer despotismo, tal democracia deveria ser transposta também para o sistema internacional.

Baseados em Villa e Tostes (2006), podemos compreender que o fato de os Estados exercerem a democracia para norteamento das políticas domésticas, tal transposição para o sistema internacional não garante a ausência de conflitos bélicos e garantia de segurança e paz. Com base no relato histórico internacional e sua relação com o Estado Novo discutida acima, podemos apontar que os Estados Unidos manteve relações políticas com o Brasil, que apresentava claros sinais repressivos em sua conjuntura interna, no entanto, em momento algum isso foi considerado um empecilho para o desenvolvimento das relações bilaterais. A desconfiança e o reativo temor por parte dos EUA de o Brasil se aproximar dos movimentos nacionalistas europeus e implantá-los internamente eram parcos e não afetou as parcerias econômicas entre ambos os países. Pelo contrário, serviu como propulsor do incremento dessa parceria. Villa e Tostes (2006) ainda nos dão garantias históricas de que a negação imediata de relacionamentos entre países com ideologias diferentes é possível:

Tomemos, por exemplo, as condutas políticas que são 'incoerentes' com os princípios que inspiram seus sistemas políticos internos: EUA apoiando ditaduras na América Latina, Ásia ou África, ao mesmo tempo em que construíam democracias na Europa e o Japão; ou a URSS apoiando o movimento de descolonização, ao mesmo tempo em que esmagava movimentos políticos nos seus estados satélites. Por esse descompasso exemplificado historicamente, os realistas sugerem, apropriadamente, que não existe uma necessária correspondência entre a natureza de um sistema político doméstico e sua agenda de política externa – pois esta seria sempre expansionista e estratégica. De outra forma, há uma diferença clara entre política doméstica e política externa em que se sustenta no pressuposto do egoísmo dos atores que coexistem no ambiente anárquico internacional (VILLA; TOSTES, 2006, p. 76-77).

7 CONCLUSÃO

Historicamente, Brasil e Estados Unidos sempre mantiveram fortes laços comerciais e políticos. Essa aproximação remonta ao início da década de 1920 quando Barão de Rio Branco iniciou esse processo de aproximação veementemente. Uma relação de compensação pode ser identificada nesse relacionamento bilateral. Conforme vimos, os Estados Unidos buscavam alimentar a sua influência na América do Sul, onde o Brasil tinha destaque em relação aos demais países da região. Concomitantemente, a aproximação do Brasil com os norte-americanos visava, ora incrementar a sua economia através de financiamentos, por exemplo, ora expandir a sua preponderância regional no cenário internacional, aproveitando-se de alguns aspectos da influência dos Estados Unidos internacionalmente.

Buscamos responder neste trabalho como essas relações puderam ser desenvolvidas sem que, necessariamente ambos os Estados compartilhassem internamente de modos de governo comuns, ao passo que, enquanto os EUA eram uma potência declaradamente democrática, o Brasil, durante o Estado Novo apresentava características de um regime ditatorial.

As relações exteriores do Brasil durante toda a Era Vargas se caracterizaram pelo pragmatismo, que, evidencia-se especialmente ao passo que o Brasil buscou aproveitar as oportunidades que o sistema internacional oferecia para promover os seus objetivos de desenvolvimento interno, bem como sua projeção internacional.

Conforme apresentado, alguns fatores contribuíram para que o Brasil se projetasse internacionalmente baseado no pragmatismo político. Primeiro, entendemos que, devido à fragilidade apresentada pelo sistema agroexportador evidenciado a partir da crise de 1929, o governo alterou o foco econômico, priorizando investimentos que proporcionassem a expansão industrial do país. Não obstante, o nascimento dos movimentos nacionalistas na Europa já influenciara alguns países da América Latina. A crise do liberalismo que remonta à quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929 e que contaminou fortemente as economias tanto de países industriais quanto de países com agrários com desenvolvimento industrial incipiente (nesses últimos em maior escala) era um fator preponderante para que tais movimentos nacionalistas ganhasse espaço.

Concomitante ao surgimento destes movimentos observa-se que o Brasil manteve relações econômicas muito fortes com a Alemanha e com a Itália. Tal relação direta pode ser justificada por alguns fatores: os países europeus em geral constituíam um dos principais importadores dos produtos brasileiros (o que gerou montante advindo das exportações para o Brasil). Além disso, também com o intuito de incluir o Brasil na área de influencia nazifascista, a Alemanha tentou captar o Brasil entre os países que compunham o eixo durante a Segunda Guerra Mundial.

Os Estados Unidos claramente se viam preocupados com tal aproximação comercial germano-brasileira (principalmente germano). Os interesses dos EUA no Brasil eram os mesmos. Brasil com importante localização geográfica (isso somente a partir da segunda guerra), importante representante regional (já se destacava economicamente). O interesse americano no Brasil era captá-lo para que esse lhe desse apoio político na região conforme foi apresentado ao longo do nosso trabalho.

Apropriando-nos do aparato teórico de Putnam (1988), entendemos que as relações do Brasil com os Estados Unidos foram de certa forma facilitada por dois fatores. Primeiro, os grupos internos brasileiros constituíam apoio ao regime do Estado Novo dirigido por Getúlio Vargas. Logo, a aceitação dos acordos internacionais no plano interno seria facilmente aceitos. Muito embora existissem opositores no cenário nacional, a força destes era extremamente limitada, devido ao caráter repressivo do regime. Em segundo lugar, o *win-set*, ou seja, o campo de atuação de Getúlio

Vargas para desenvolvimento de acordos internacionais era amplo, afinal, o mesmo centralizava o poder governamental. Isso nos demonstra que o raio de ação era por ele mesmo definido. Neste ponto, a fragilidade da oposição é exposta novamente.

Outro fator que nos demonstra que o relacionamento entre Estados com regimes internos opostos é possível, ou seja, que as relações entre Brasil e Estados Unidos no sentido de constituir parcerias de fato ocorreu, é a refutação da colocação idealista das Relações Internacionais que afirma que a democratização do sistema internacional proporcionaria um ambiente internacional harmônico. Uma importante tese dos idealistas é a crença de que em governos democráticos, a propensão à guerra é menor. Todavia, essa ideia não se confirma na prática, afinal, o próprio Estados Unidos, mesmo sendo declaradamente uma nação democrática, empreendeu do uso da força em algumas nações historicamente para, inculcar o princípio democrático, ora para defender seus interesses hegemônicos, mesmo em Estados com regimes não democráticos – como por exemplo quando apoiou regimes militares na América Latina com vistas a afastar o risco da ideologia comunista.

O apoio ao regime de Getúlio Vargas é um exemplo claro. Mesmo que Getúlio Vargas não simpatizasse da ideia de um governo democrático – antes, pelo contrário, utilizou-se da força e repressão para assegurar os interesses das classes dominantes e em nome do desenvolvimento brasileiro -, isso não constituiu uma barreira para que os Estados Unidos continuasse a definir suas relações com o Brasil, devido aos interesses já previamente apresentados. Para os Estados Unidos, em certo momento, a repressão interna no Brasil contribuiu inclusive para que os EUA projetassem sua ideologia em contraponto com a ideologia de países páreas, como a Alemanha, por exemplo, cuja ideologia nazista já de desenvolvera no final da década de 1930. Conforme demonstrado ao longo do nosso texto, Villa e Tostes (2006) nos dão exemplos práticos de que a associação é questionável, ao passo que se percebe historicamente que os Estados democráticos internos não se projetam no espaço internacional sustentando o mesmo princípio.

Em relação à vertente realista, que afirma que a política externa deve ser conduzida por grupos especializados, compreendemos que esse mecanismo ajudou em certa

medida Vargas a levar a cabo os objetivos pré-traçados de desenvolvimento industrial, através de parcerias e financiamentos norte-americanos, além do intercâmbio militar.

Concluimos, portanto, que a base ideológica interna de um país não constitui empecilho para o relacionamento bilateral com outro Estado, afinal, tal convivência está pautada em critérios que vão muito além, como por exemplo, interesses políticos e de ordem financeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Vágner Camilo. **Ilusão desfeita: A Aliança Especial Brasil-Estados Unidos e o Poder Naval Brasileiro Durante e Após a Segunda Guerra Mundial**. *Revista Brasileira de Política Internacional*. V. 48, 27 p. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a06>>. Acesso: 07 Mai. 2014.

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. São Paulo: 2002. Disponível em: <<http://books.google.ie/books?id=QWhjy1WVj74C&printsec=frontcover&dq=economia+brasileira&hl=pt-PT&sa=X&ei=FrZqU47pF8iJ7AaS2YHgBA&ved=0CC0Q6AEwAA#v=onepage&q&f=false>>. Acesso: 08 Mai. 2014.

BELLINTANI, Adriana Iop. **Conspiração contra o Estado Novo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. 182 p.- (Coleção História ; 53).

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução de Carmen C. Varrialle, Gaetano Loiai Mônico, João Ferreira, Luis Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini. Brasília: UnB, 2004.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. **História da Política Exterior do Brasil**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CANO, Wilson. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. São Paulo: EDUNESP, 2000.

GARCIA, Néelson Jahr. **Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política**. 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/estadonovo.pdf>>. Acesso em: 08 Mai. 2014.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 598 p.

HORSELEY, Richard. Império dos EUA e Religião. **Jornal Periódico – Universidade de Massachusetts**. Boston, p. 142-143, 2005. Disponível em: <<http://www.servicioskoinonia.org/agenda/archivo/portugues/obra.php?ncodigo=165>>. Acesso: 13 Mai. 2014.

LIMA, Pérciles Pedrosa. Os Jogos de Dois Níveis de Putnam, a Política Externa Ambígua de Vargas e o Projeto Desenvolvimentista. **Revista Fronteira**. PUC Minas, Belo Horizonte, p. 127-157, 2006.

LOSURDO, Domenico. As Raízes Norte-Americanas do Nazismo. **Enfoques Alternativos**. Argentina, v. 27, 2004. Traduzido por Carlos Coutinho.

MELLO, Sérgio Cândido de. **Norberto Bobbio e o Debate Político Contemporâneo**. São Paulo: Fapesp, 2003. Disponível em: <<http://books.google.ie/books?id=9Hw8vjDqrkMC&pg=PA23&dq=norberto+bobbio+d+emocracia+e+ditadura&hl=pt-PT&sa=X&ei=kCVyU5yeJsiS7Aaw3IHoAQ&ved=0CCsQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false>>. Acesso: 12 Mai. 2014.

MOURA, Gerson. **Relações Exteriores do Brasil 1939-1950**. Mudanças na Natureza das Relações Brasil-Estados Unidos Durante e Após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: 2012. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Relacoes_Exteriores_do_Brasil.pdf>. Acesso: 07 Mai. 2014.

NEUMANN, Franz. **O Estado Democrático e o Estado Autoritário**. São Paulo: Contexto, 1968.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **As Relações Brasil-Estados Unidos**. 1.ed. 2012, 168 p.

PUTNAM, Robert D. **Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games**. *International Organization*. p. 427-460, 1988. Disponível em: <http://portal.uam.es/portal/page/portal/UAM_ORGANIZATIVO/Departamentos/CienciaPoliticaRelacionesInternacionales/personal/fernando_rodrigo/pagina_personal_fernando_rodrigo/teoria_relaciones_inter/Textos/Putnam-%20The%20Logic%20of%20Two-Level%20Games.pdf>. Acesso: 08 Mai. 2014.

SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos Blocos 1930-1942; O processo do envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial**. Ed.Nacional:(Brasília) Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

SILVA, Vanderlei Kalina; SILVA, Henrique Maciel. **Dicionário de Conceitos Históricos** – 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson. **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: 2002. Disponível em: <<http://books.google.ie/books?id=motcMsGB1EMC&pg=PA212&dq=historia+do+brasil+republica+velha&hl=pt-PT&sa=X&ei=V-JwU-biC5Ge7AbhuYHQDw&ved=0CDwQ6AEwAw#v=onepage&q&f=true>>. Acesso: 07 Mai. 2014.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Exteriores do Brasil II . O Nacionalismo, da Era Vargas à Política Externa Independente** – 2.ed., Petrópolis Ed.Vozes: 2009, 280 p.

VILLA, Rafael Duarte; TOSTES, Ana Paula Baltasar. Democracia Cosmopolita Versus Política Internacional. **Lua Nova**. São Paulo, v. 66. P. 69-107, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n66/29085.pdf>>. Acesso: 12 Mai. 2014.